rindo os negócios do município; dessa gerência resultaram actos e factos, que ao passarem pelo organismo colectivo o feriram, o afectaram, despertando a sua reacção. Era fundamentada? Era justificada essa reacção? Para conhecer era preciso sindicá-los; era preciso analisar de perto as arestas salientes da gerência, com as quais o público se julgava ferido e porventura lesado. Este o trabalho do sindicante, esta a ordem da sindicância.

A corporação, na sua gerência, era acusada de factos certos, determinados, concretos, conhecidos de todos, formulados em reclamações, comentados, apreciados pela imprensa. Sindicá-los, conhecer a causa que os determinava, verificar a justiça ou injustiça da sua prática, era a acção dentro da qual se havia de mover a sindicância.

Racional era que assim fôsse, e essa foi a ordem que recebi de S. Ex.ª o Sr. Ministro do Interior, como referi.

Vagamente vi esboçada a opinião de que a crise por que actualmente vai passando o comércio da cidade do Porto era a causa dos tumultos levantados contra a gerência da Corporação Administrativa Municipal desta cidade.

Não me repugnava acreditar que essa causa fôsse determinante dos desordenados movimentos ocorridos nas ruas públicas desta cidade contra a gerência da referida Corporação.

As crises económicas nas suas terríveis manifestações acarretam gravíssimas ocorrências na sua explosão, absorvendo em si as causas mais encontradas das mais opostas perturbações sociais — para lhes imprimir uma única vasante, um só escoadoiro — a voz do pavor que a multidão imprime a perspectiva da fome.

A história segura na sua garra o vulto angustioso de povos que nas crises económicas encontraram perturbações vitais de capital importância, e que nas crises económicas concretizaram todas as perturbações que durante longos períodos agitaram a vida social política do Estado, para lhes dar uma única forma de ser externa — a forma de ser da crise.

Mas nem a crise que o comércio da segunda cidade do país atravessa, atinge tais proporções, nem as manifestações ruidosas da praça pública passam do ligeiro alarido que anima uma multidão que no ruído encobre a falta de orientação.

E não posso deixar de referir nesta altura, que malévola mente ouvi atribuir a essa ligeira crise a causa que se filia na mudança de regime. Singular o estúpida ideia essa que fatalmente devia ter germinado em cérebro de dureza córnea, profundamente obtuso e que neste meio indígena excepcionalmente acanhado, encontra ainda quem, com benevolência criminosa, escute a mais torpe, aleivosa e desvairada inépcia.

A origem da ligeira crise que se nota perturbadora da vida comercial do Porto, há-de ir buscar-se mais longe, à duvidosa, incerta e perniciosa política que nos últimos anos arrastou pela lama nacional e internacional a decrepita e vacilante monarquia. Esta crise e em geral as que atravessam o país inteiro — não excluindo a do trabalho como força que vive por dentro de todas as outras — tem de ir buscar-se a um ponto mais remoto do que o 5 de Outubro de 1910, e não erraremos se dissermos que o descalabro do tesouro nacional em épocas que vão para lá daquela data — com a necessária coorte de consequências que em tal facto se filiam — é a verdadeira, única e inconfundível causa das crises que ao país tem vindo, desde a agrícola até a comercial. E da desonra que então nos manchou a fronte no convívio dos povos há-de a República ilibar-nos, e os seus homens há-de fazer descer ao seio da Pátria a Paz que conduz à prosperidade, a Ordem que leva à coesão de todos os elementos que constituem as forças vivas do povo, povo que pelo trabalho morigerado, inteligente e profícuo há-de caminhar para o progresso, conduzindo no seu impulso magnífico toda uma vida nacional, próspera e feliz, sem que impeça a sua marcha de triunfo o olhar torvo de traidores deslumbrados pela luz alta da verdade, rendidos ao calor que rejuvenesce uma raça que tem glórias.

Arredada, portanto, por inverosímil tam estranha e impossível causa, bem como aquela que vi ainda ventilada do scem esses tumultos acesos por um homem que à Companhia do Gás jurara vingança ruidosa — firmou-se o meu espírito no que se vê esboçada no auto de declarações a fl. 13 dos autos — fins políticos.

Se fôra apenas a política partidária, que deriva exclusivamente da cor, nada importaria ao espírito do sindicante a sua averiguação, nem na sua apreciação se demoraria em delongas. De resto, o declarante do fl. 9 e seguintes dos autos não meroceria, pela sua situação social e compreensão que dos factos sociais estão ao seu alcance na craveira intelectual, aquela confiança que basta a vingar uma tal declaração. Mas o que esse declarante afirma, por igual o vi referido, comentado, confirmado a particulares, ao Deputado Pádua Correia, o ainda na imprensa.

E com prazer vi que a causa política com fins de administração entrava como base nesses movimentos por que apenas nesse campo da discussão compreendo a política — opposição da ideia à ideia — combate do sistema administrativo com um melhor sistema, ventilação forte da ideia no campo dos sistemas da administração dos negócios municipais. E se é certo que muito em esboço o movimento foi assim manifestado, é todavia certo que es-

bôço é começo e mais ou menos linhas certas dum corpo a definir. Assim é certo que essa manifestação do povo, alguma cousa marea na história do povo, que caminha, palpa, e alguma cousa quere ver.

Este movimento popular tem como base principal os contratos entre a Câmara e a Companhia do Gás do Porto, e de longe vem esse movimento acentuado, uniforme e enraizado no espírito público que com esses contratos se julga lesado, e que na gerência actual se salientou pelo projecto de transacção ajustado entre a Câmara Municipal do Porto e a Companhia do Gás (doc. a fl. 257, no qual se visava dirimir questões pendentes, e cuja elaboração foi rastilho que fez explodir a opinião pública, e derivar a questão para todos os ramos de administração dos negócios municipais e sobretudo para a acção que na gerência actual tem desenvolvido o seu presidente. E na acção que o presidente tem de desenvolver e que por lei lhe incumbe, muito se disse acerca do decreto de 31 de Dezembro de 1910, sobre remodelação dos serviços de secretaria da Câmara do Porto, sendo comentado e censurado por concretizar numa forma absorvente nas mãos daquela entidade a administração municipal e os serviços da Secretaria, o qual presidente é classificado de *soá*, não passando os restantes vereadores de *sombros*.

O decreto referido não inutilizou a acção dos vereadores, não inutilizou a acção que a Câmara tem na gerência dos diferentes pelouros do município, conquanto salientasse a acção do presidente e dos Chefes de Repartição em assuntos de secretaria.

E assim, logo na alínea c) do artigo 3.º do referido diploma se diz (quando regula a competência especial do Secretário da Câmara). «Apresentar em Câmara, devidamente preparado e informado, o expediente da sua Repartição que da apreciação municipal careça».

E logo na alínea a) do artigo 4.º quando estatui os serviços da 2.ª Repartição, diz que ao Chefe desta Repartição compete:

a) Dirigir o expediente da Repartição promovendo a execução do deliberado pela Câmara».

E na alínea c):

«Apresentar em Câmara (o Chefe desta Repartição), por intermédio do respectivo Secretário, o expediente».

E o mesmo se encontra regulado emquanto à 3.ª Repartição (artigo 7.º). As responsabilidades assim discriminadas com facilidade se efectivam quando a Câmara entenda que a execução dos serviços não é boa. Não pretendo fazer um comentário do decreto referido porque para tal me não sobra tempo; mas se o fizesse encontraria nele, largamente representada, a acção da Comissão Administrativa, desde que ela a queira exercer; e para isso bastar-me-hia, além do exposto, lançar os olhos para os artigos 9.º, 10.º, e com referência a aquêlo 9.º e 11.º — para o 13.º, 14.º.

Não se diga pois que o decreto, como está, que neutraliza a acção da Comissão Administrativa, e dos respectivos membros nas gerências discriminadas por pelouros. O decreto, como está, centralizou um pouco, mas não dá margem a que os vereadores sejam meras *sombros* desde que esse papel lhes não agrade na gerência dos negócios municipais. O vereador pode julgar-se ferido, perturbado pela acção do presidente; mas aquele sobra forma de dirimir a contenda, e o mesmo direi nas contendas com os diferentes chefes de Repartição, nos meios que faculta o decreto; e o próprio Código Administrativo. Pedir qualquer vereador a demissão pelo facto de não haver harmonia entre a forma de solver os problemas municipais, como o vereador os encara e como os encara o presidente da corporação, parece-me um meio cómodo de solver, conflitos, mas não me parece um meio ajustado ao fim que o povo teve em vista, quando investiu essa entidade na gerência dos negócios da administração municipal, nem tam pouco me parece que esteja em harmonia com os compromissos assumidos quando foi investido no lugar. Coloque-se cada qual no seu lugar sem curvaturas de espinha, nem tam pouco acordos fáceis no modo de ver e encarar os problemas de administração, compreendam os vereadores a sua missão e o seu dever, e ver-se há que a sua acção se efectiva, e conjugada com uniformidade há-de dar resultados profícuos, que o decreto citado não inutiliza nem pode inutilizar, nem afectar, desde que haja um plano uniforme, uma acção comum em que a ideia definida e clara ocupe principal lugar.

Se é certo que o decreto estatui que os serviços superiores de inspecção, por parte dos vereadores sobre os serviços de Repartição, se exercem por intermédio dos respectivos chefes de Repartição (artigo 2.º), de vez é que essa forma não prejudica a fiscalização, antes efectiva responsabilidades que, com boa vontade, se apuram, se definem e se liquidam à face do Código em vigor e do decreto em questão.

Conclusão

Chegámos ao fim do nosso trabalho, e bem árduo êle foi. A vastidão em que se debate, e os assuntos que versa, demandavam vasto engenho, perspicácia e apurado talento, que me falta, e sem o qual já agora me hei-de ver obrigado a fechar os olhos à luz do dia.

Esforcei-me por compreender a minha missão, e a grave responsabilidade que envolvia a minha forma de ser em assuntos que, à minha volta, se debatiam, e que haviam tomado vulto de tal grandeza, que o país inteiro para elles olhou com espanto.

Aí fica o que apurei na sindicância, e ao alto critério, reconhecida competência, e mais que provada illustração

do Ex.º Ministro do Interior, entrego o meu trabalho, para adoptar as medidas applicáveis à face das irregularidades apontadas, e cuja apreciação procurei moldar na justiça e na imparcialidade, que nunca perdi de vista.

Porto, 22 de Fevereiro de 1913. — *António da Fonseca Almeida Cardoso*, delegado do Procurador da República. Secretaria do Ministério do Interior, em 5 de Abril de 1913. — O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Por decretos de 5 do corrente mês:

Criada uma escola mixta no lugar de Ribeira, freguesia e concelho de Ovar, círculo escolar de Oliveira de Azeméis, podendo desde logo funcionar.

Criado um segundo lugar de professor na escola para o sexo masculino (2.ª cadeira), da freguesia, sede do concelho e círculo escolar de Vila do Conde.

Criado um quarto lugar de professor na escola para o sexo masculino da freguesia de Campaã, à Corujeira, da cidade do Porto, círculo oriental.

Convertida em mixta a escola do sexo masculino da freguesia de Tancos, concelho de Vila Nova da Barquinha, círculo escolar de Torres Novas, só podendo, porém, funcionar como tal, quando o seu actual professor passe à inactividade ou seja dela transferido em termos legais.

Desdobrada a escola mixta existente no lugar de Cabanões, freguesia e concelho de Ovar, círculo escolar de Oliveira de Azeméis, em duas escolas — uma para cada sexo.

Rectificado o decreto de 1 de Março último que criou o curso nocturno na freguesia da Sé, concelho e círculo escolar de Faro, no sentido de funcionar na escola do sexo masculino e não na do sexo feminino, como dele constava.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 7 de Abril de 1913. — O Director Geral, interino, *João de Barros*.

3.ª Repartição

Por despacho de 5 do corrente mês:

Licenças concedidas aos seguintes professores primários, por motivo de doença, conforme o parecer da junta médica:

Adrião Tubarão Mendes, da escola da freguesia de Verride, concelho de Montemor-o-Velho, círculo escolar da Figueira da Foz — noventa dias a contar de 1 do corrente mês.

Teresa de Jesus Gomes, da escola mixta da freguesia de Melcões, concelho e círculo escolar de Lamego — sessenta dias.

Júlia Pureza Correia, do 2.º lugar da escola masculina da sede do concelho de Soure, círculo escolar da Figueira da Foz — noventa dias.

César João dos Reis, do 1.º lugar da escola da sede do concelho de Soure, círculo escolar da Figueira da Foz — noventa dias.

Tendo a portaria de 10 de Setembro de 1912 determinado que nenhum candidato, em concurso de escolas de ensino primário, possa ser dispensado de apresentar documento comprovativo de haver satisfeito as prescrições do recenseamento militar indispensável para o provimento das mesmas escolas; mas

Considerando que a exigência desse documento, feita pelo artigo 136.º do regulamento de 19 de Setembro de 1902, representa apenas um dos modos porque indirectamente se fiscaliza o cumprimento das prescrições do recenseamento militar e é uma das condições exigidas para a admissão aos empregos públicos em geral;

Considerando que, assim, esse documento não pode ser exigido quando o candidato ainda não tenha a idade legal para ser recenseado, o que pode suceder e muitas vezes sucede com os candidatos nos concursos de escolas de ensino primário; além disso

Considerando que, garantindo o artigo 3.º, n.º 32.º, da Constituição Política da República Portuguesa, a qualquer empregado do Estado o seu emprego com os direitos a êle inerentes durante o serviço militar a que fôr obrigado, implicitamente admite a hipótese de o empregado poder ser nomeado antes da data em que devem tornar-se effectivas as prescrições do recenseamento militar que lhe disserem respeito;

Sob proposta do Ministro do Interior e nos termos do artigo 47.º, n.º 3.º, da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar que seja revogada a referida portaria de 10 de Setembro de 1912, e que os candidatos em concurso de escolas de ensino primário sejam dispensados de apresentar documento comprovativo de haverem satisfeito as prescrições do recenseamento militar sempre que provem não estarem ainda sujeitos a tais prescrições.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 5 de Abril de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Rodrigo José Rodrigues*.

Para os devidos efeitos se declara que a professora provida temporariamente na escola mixta da freguesia de Beira Grande, concelho de Carraceda de Anciães, por despacho de 11 de Março findo, publicado no *Diário do*